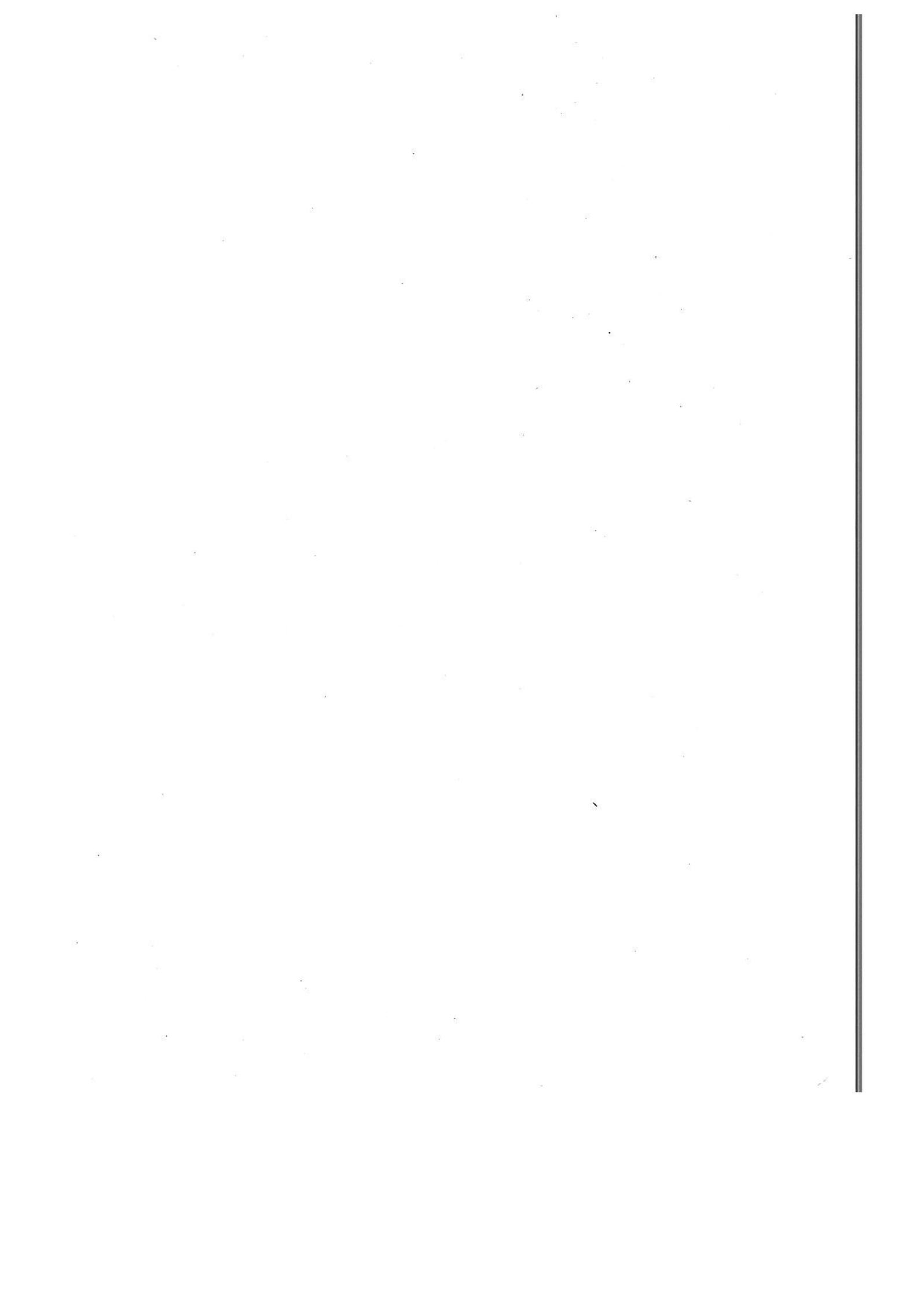


Parte 4
Resenha



Denise Queiroz Novaes (PUC Minas)

Uma equipe de profissionais comprometidos com as reflexões sobre o ensino de língua materna compõe, de forma multidisciplinar, *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*, obra organizada por Claudio Cezar Henrique e Darcilia Simões. Fruto de palestras e conferências proferidas no VII Fórum de Estudos Linguísticos, realizado pelo Instituto de Letras da UERJ, em outubro de 2003, esse livro reúne diversas abordagens sobre políticas linguísticas e mudanças sócio-culturais que geram novas competências languageiras e se constituem em elementos determinantes na construção de um Estado verdadeiramente democrático. Além de promover reflexões, os autores apontam estratégias metodológicas que visam contribuir para que docentes e discentes, bem como profissionais de áreas afins, repensem suas práticas pedagógicas e administrativas. Dessa forma, *cidadania, educação e linguagem* são temas que perpassam todos os artigos apresentados no livro.

Ataliba Castilho abre essa coletânea com um artigo intitulado “Reflexões sobre o português falado e o exercício da cidadania”, no qual apresenta um pequeno histórico dos estudos de língua falada no Brasil, listando muitas das iniciativas brasileiras que a tomam (a língua falada) como objeto científico. O autor propõe que as aulas de língua portuguesa tornem-se objetos de pesquisa e ensino, pois os alunos trazem um farto material linguístico das suas interações sociais. No entanto, ressalta a necessidade de se criar o *olhar* de pesquisador, o hábito de perguntar, analisar e achar respostas, e, assim, fazer ciência. Castilho sugere a substituição de *cursos por percursos*, numa tentativa de garantir o envolvimento do aluno na reflexão linguística, modificando a antiga postura de sujeito passivo que recebe resposta de perguntas que ele não fez.

Em “Leitura e cidadania”, a Prof^a Vera Teixeira de Aguiar faz referência a estudos do processo de leitura e comenta os efeitos das políticas culturais na sociedade brasileira. Aborda a leitura como um processo cultural que precisa ser adquirido, pois ler, segundo a autora, é fator de inserção social para o exercício pleno da cidadania e direito de todos. Em busca da integração de populações marginalizadas à cultura letrada, a autora apresenta o programa de ação do Centro de Literatura Interativa da Comunidade – CLIC, da PUC-RS, implantado na Vila Nossa Senhora de Fátima, em Porto Alegre. Esse projeto – coordenado pela Professora – divide-se em duas vertentes: o desenvolvimento do gosto pela leitura das crianças da Vila e a formação de futuros docentes de língua portuguesa. Desde sua implantação em 1997, o programa vem promovendo a construção da cidadania através da leitura, tornando-se um patrimônio da comunidade.

Cláudio Cezar Henriques, um dos organizadores dessa obra, defende abordagens de ensino não prescritivistas em “Gramática e cidadania nas salas de aula brasileiras”. Henriques discute o papel da reflexão gramatical e a necessidade de ensinar a língua padrão. Para tanto, propõe atividades práticas que levem para a sala de aula o uso real da linguagem em suas variadas formas de manifestação: letras de música, quadrinhos, propagandas, dentre outras.

Numa perspectiva funcional, Thaís Nicoleti de Camargo ressalta, em “Língua padrão e cidadania”, a importância do ensino dos mecanismos e recursos lingüísticos para viabilizar a expressão. A autora considera que o texto do jornal é aquele que mais reflete a língua efetivamente usada no Brasil, citando como exemplo casos em que o peso das escolhas lexicais poderiam gerar comprometimentos semânticos na informação a ser veiculada. Refere-se aos neologismos como fenômenos comuns no jornal e aponta seções gramaticais (emprego de artigos, pronomes, sintaxe etc) nas quais busca-se um ajuste imposto pelo domínio discursivo jornalístico (espaço, *marketing*, variados gêneros textuais, etc.). Ela conclui seu artigo postulando o jornal como um farto *corpus* para estudos sobre o exercício da língua viva.

Já no artigo “Mudança lingüística, ensino e cidadania”, Jussara Abraçado demonstra que tais processos de mudança atuam com relativa regularidade sobre os elementos lingüísticos e que o aspecto mais importante, nesse processo, é o papel do usuário. Sob tal perspectiva, surge o cidadão conhecedor dos princípios, restrições e recursos de que dispõe a língua, adaptando-a e modificando-a para atender aos seus interesses comunicativos. Comenta alguns exemplos de mudanças semânticas, coletados em jornais e revistas, e conclui ressaltando a importância de uma visão mais realista no ensino da língua.

Darcília Simões, também organizadora do livro, discute o domínio da língua como fator de apropriação e preservação da cultura. Defende a revisão das políticas educacionais de modo a contemplar toda a gama de práticas languageiras brasileiras. Em “Língua portuguesa e cidadania: uma perspectiva multidialetal para o ensino”, Darcília afirma que, hoje, vivemos *uma desordem técnico-pedagógica* que gera alunos incapazes de uma comunicação eficiente. A autora demonstra, através de exemplos com letras de música, como podemos valorizar nossa cultura, refletindo a partir de um modelo de análise que permita relacionar conhecimento lingüístico e modo de vida e identificando as interferências sócio-culturais na expressão verbal dos sujeitos. Portanto, propõe uma política de ensino da língua, de caráter semiótico-estilístico, *sem abandonar os domínios gramaticais, mas privilegiando a forma e seus efeitos expressivo-comunicativos*. Nesse sentido, o trabalho da autora orienta-se por três pontos: a reformulação na metodologia de ensino da língua portuguesa; a necessidade de implantação de um ensino que contemple efetivamente as variedades lingüísticas nacionais e a ampliação do conhecimento enciclopédico do falante por meio de uma exploração mais abrangente de nossos traços culturais.

Repensando o papel do livro didático, Luiz Carlos Travaglia defende formas de ensino de língua portuguesa, levando em consideração, além da diversidade de gêneros textuais, tipos e modalidades, o estudo de recursos lingüísticos para a constituição e funcionamento eficaz da comunicação. Sob o título “Tipologia textual, ensino

de gramática e o livro didático”, o autor anuncia em seu artigo propostas que visam à articulação da estrutura gramatical aos tipos textuais, ou seja, que tratam de como trabalhar a dimensão lingüística das diferentes categorias de texto; como exemplo, apresenta um estudo minucioso da narrativa. Travaglia também faz referência aos PCN's e questiona os conceitos de gênero, seqüência e suporte nele apresentados, comparando-os aos objetivos propostos para o ensino da língua portuguesa. Para o autor, a proposta dos PCN's é limitadora, pois o ensino de língua materna deve considerar os recursos, regras e regularidades da língua como elementos de funcionamento geral dos textos, e não apenas de um tipo textual determinado. Ele preconiza que a gramática da língua deve ser trabalhada a partir do estudo das condições lingüísticas da significação.

Para arrematar essa perspectiva da significação, o Prof^o José Carlos de Azeredo discute o processo de produção de sentido em seu artigo “Texto, sentido e ensino de português”, no qual ressalta a interferência do contexto interacional, situando-o como um quadro de referências para a constituição dos significados. Segundo o autor, os sentidos estão materializados no texto e submetidos aos formatos textuais de cada um; no entanto, se constroem efetivamente na relação discursiva. Ele analisa diferentes domínios discursivos – publicitário, literário, filosófico, humorístico e poético –, para demonstrar o poder das palavras na articulação do discurso. José Carlos finaliza o artigo com reflexões sobre as *artimanhas do sentido* e demonstra como seu perfil mutante bem como o papel histórico e social interfere nos processos interativos.

Avançando na questão do livro didático, Agostinho Dias Carneiro faz um recorte histórico sobre o uso dos textos no espaço escolar, em *O texto nos livros didáticos*. Carneiro enumera diversos autores que defendem a *interpretação de texto* como atividade didática, e também como pré-requisito do ensino de redação. Ele questiona até que ponto esses *novos* conhecimentos contribuíram para um melhor desempenho na língua escrita. Para tanto, recupera as diversas concepções que nortearam o tratamento e a seleção dos textos nos livros didáticos até o advento dos PCN's, desde a perspectiva da correção gramatical e da releitura até a visão do texto como produto das interações sociais.

Nessa mesma linha didática, Maria Teresa Gonçalves Pereira demonstra os critérios empregados na seleção de obras, consideradas como cânones literários, a serem utilizadas no espaço escolar. No artigo “O texto literário na escola: perspectivas de abordagem”, a autora deixa claro que, além de celebrar a literatura, o professor deve celebrar a língua portuguesa que a materializa. Pereira discute ainda a importância de se manter um diálogo permanente entre a tradição construída pela língua portuguesa e a realidade sócio-cultural que ora vivenciamos para permitir uma recepção verdadeiramente estética na escola.

Já o foco do artigo “Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua”, do Prof. Helênio Fonseca de Oliveira, é o ensino de redação. Nesse artigo, o autor demonstra que a concepção de gênero textual é fruto de um critério que trata o texto como produto cultural, já que a tipologia textual leva em conta os critérios estritamente textuais e situacionais. O autor fundamenta sua discussão nas perspectivas de Charaudeau e Marcuschi, e faz uma outra proposta clas-

sificatória na qual alia as abordagens desses autores. Situa, ainda, a correlação entre os gêneros textuais e o padrão formal/informal da língua, ressaltando a importância de o professor de língua portuguesa trabalhar essa adequação.

Como exemplo desse ajuste lingüístico, nada pode ser mais rico do que levar as letras de música para a escola, pois, além de delinear um *gênero textual/musical* específico, é um meio pertinente de reflexão sócio-histórica. André Valente mostra, em “Letras de música nas aulas de português: estilo, cultura e cidadania”, como o professor de língua portuguesa pode explorar os aspectos lingüísticos, combinados com o viés cultural, da produção musical brasileira. O autor enfoca a criação de novas palavras em português, através dos neologismos e dos empréstimos, além de abordar a neologia semântica de M. Louis Guilbert. Valente analisa, nesse artigo, algumas letras de música para exemplificar a integração dos estudos lingüísticos à diversidade cultural.

Um outro exemplo dessa diversidade pode ser apreciado no artigo de Roberto M. Moura, “No princípio era a roda: um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes”, no qual o autor descreve, com riqueza de detalhes, a formação da roda de samba como instância legitimadora dos tipos de produção musical desse gênero. Para isso apresenta desde as permissões e restrições à integração de seus participantes, chegando até a constituição dos espaços físicos nos quais se efetivam as rodas. São exemplos de reflexão sócio-histórica que podem ser associados à perspectiva lingüística, na análise de variantes que atendem a demandas sociais específicas, tornando-se instrumentos preciosos nas aulas de língua portuguesa.

Nesse universo de textos, o jornalista Sérgio Rodrigues propõe a definição de um outro gênero textual: “A crônica lingüística”, que intitula seu artigo. O autor a define como um texto que *se reveste de um certo apuro estético, de modo a não falar sobre a linguagem, mas falar a linguagem*. Ele tenta diferenciá-la do gênero jornalístico-didático, que visa tirar dúvidas do leitor, pois a crônica privilegia o perfil lúdico da língua. Apesar de reconhecer que se aproxima do ponto de vista normativo, o autor ressalta que o cronista tem o papel de mediador entre os estudiosos da língua. Além de demonstrar alguns percalços da redação no domínio jornalístico, aponta o fato de que o público brasileiro quer aprimorar seu poder de expressão. Para tanto, propõe a convergência entre Letras e Jornalismo, como uma forma de divulgar a produção de saberes lingüísticos.

Outro gênero textual é objeto de reflexão em “Quando um fato se torna notícia no jornalismo e na ciência”, de Isaac Epstein: a notícia. O autor propõe uma matriz interdisciplinar que permite o exame das condições necessárias para transformar um fato (evento comum ou de caráter científico) em notícia massiva. Epstein argumenta sobre os atributos de “valor notícia” nos campos jornalístico e científico, e verifica que eles operam com parâmetros diferentes: a notícia jornalística valoriza o caráter de novidade do fato; já na prática da ciência, a divulgação visa à refutação de teorias. O caráter de ineditismo as aproxima, mas Epstein não considera os resultados científicos como notícia, no sentido jornalístico.

Luiz Antônio Marcuschi também discute a aquisição do conhecimento em seu artigo “Contribuições da lingüística contemporânea ao estudo das relações entre

língua e conhecimento”, no qual analisa a dimensão cognitiva do processamento lingüístico. O autor cita Chomsky e Lakoff como precursores dos estudos científicos da relação “língua e conhecimento”; mas o racionalismo e formalismo de tais abordagens, segundo o autor, inviabilizaram a perspectiva sociocognitiva da língua. Ao tomar os seres humanos como sujeitos lingüísticos, Marcuschi concebe a língua como uma atividade sociocognitiva que permite construir o mundo e as experiências na convivência social. Ele comprova, através de exemplos, como a experiência interfere na constituição e no uso de categorias, possibilitando o compartilhamento de conhecimentos no processo interativo. Marcuschi finaliza, apontando a necessidade de se ampliarem os estudos sobre o binômio linguagem e conhecimento.

Continuando na perspectiva sociocomunicativa, Roberto Flores contribui com o artigo “O desgaste dos sentidos nas sociedades contemporâneas”. O autor propõe o uso da análise semiótica para investigar os sentidos das falas estereotipadas que geram os “ruídos” nas interações sociais. Porém, trabalhar sob tal perspectiva, segundo Flores, exige o emprego de alguns instrumentos de observação como o distanciamento do objeto analisado, para possibilitar a percepção da emergência dos sentidos. Flores apela para a noção de debreagem a fim de subsidiar tais reflexões e permitir entrever significações extraordinárias por detrás da possibilidade mais aparente. A debreagem realizada pelo semioticista permite a desmontagem minuciosa das engrenagens do sentido; no entanto, segundo o autor, é necessário um cuidado especial para não reduzir a diversidade a um discurso homogêneo. Roberto Flores demonstra que as esquematizações, ou seja, as representações mentais que servem de base para as expressões lingüísticas são determinantes no desgaste do sentido e na prevalência de estereótipos.

As discussões finais apresentadas no livro remetem a questões sobre políticas lingüísticas, educativas e culturais. Nuria Gregori Torada apresenta em seu artigo, intitulado “A implantação de uma política lingüística em país monolíngüe, monoétnico e multirracial”, a proposta de Política Lingüística de Cuba. A autora expõe os objetivos dessa proposta, partindo do estabelecimento do próprio conceito de política lingüística e sinaliza para a necessidade de uma planificação mínima (alfabeto, ortografia, gramática, dicionário), que ela considera como elemento essencial para a materialização de tal propósito. Torada apresenta a situação lingüística atual de Cuba e fundamenta historicamente a constituição da variante cubana da língua espanhola. Mas, ao propor medidas de *estabilidade* da língua, ressalta o perfil flexível da política a fim permitir modificações consoantes com as mudanças socioculturais: *nem o purismo ao extremo nem independência lingüística*. A implementação da Política Lingüística de Cuba, segundo a autora, continua sendo uma das preocupações de lingüistas e educadores cubanos.

O jornalista Fritz Utzeri encerra essa coletânea com seu artigo “A novilíngua e a paciência das palavras”, no qual, associando o bom humor à reflexão lingüística, discute sobre os “meios de vigilância” das línguas. Usa como referência a *novilíngua* descrita por George Orwell como uma língua da Oceania de cunho totalitarista, empregada para impedir as pessoas de pensar. O autor procura situar as palavras como produtos de ideologia e comenta excertos de algumas de suas crônicas (*lingüís-*

ticas, segundo Sérgio Rodrigues), publicadas no *Jornal do Brasil* e *O Globo*, nas quais demonstra as possibilidades de significação e as conseqüências das naturais alterações de sentido demandadas pelas mudanças sociais.

Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino contém diversas abordagens que aguçam as reflexões de professores e alunos, estudiosos da língua, no sentido de ampliar as possibilidades de ensino de língua portuguesa. Grande parte dos artigos certamente contribuirá para tornar a sala de aula objeto de estudos científicos para a qual podem confluír diversas formas de manifestações culturais, que demonstram as variantes lingüísticas e permitem ao aluno compreender o processo de estruturação da linguagem. Outra parte, de preocupação mais normativa, põe em xeque questões que sempre acompanharam os profissionais comprometidos com o ensino e que são hoje revisitadas sob pontos de vista sociointeracionais.

Em outras palavras, pelo livro, é possível perceber como foi rico o VII Fórum de Estudos Lingüísticos. Os artigos dessa coletânea demonstram as preocupações de profissionais que lidam diretamente com a língua materna, em busca da melhor maneira de despertar a sensibilidade dos nossos alunos para as possibilidades de expressão. Essa consciência crítica pode gerar um cidadão ciente de seu poder de interferência na construção da identidade sócio-histórica da comunidade na qual está inserido.

Normas para os colaboradores da revista **Scripta**

1. Os artigos ou estudos enviados a **Scripta** serão submetidos à Comissão Editorial, que recorrerá ao Conselho Editorial sempre que julgar conveniente.
2. Os originais de artigos não devem exceder a 15 (quinze) laudas e os de resenhas não devem exceder a cinco (5) laudas; devem ser entregues em duas cópias, digitadas em computador, com margens de 3 cm e espaço 1,5, na letra Times New Roman n. 12, no programa Microsoft Word.
3. Os artigos devem ter um resumo em português e outro em francês, inglês ou espanhol, com 30 a 150 palavras, cada um. Cada resumo deve ser acompanhado de quatro a seis palavras-chave.
4. O padrão editorial de **Scripta** obedecerá às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Todavia, para que os colaboradores já as adotem em seus originais, seguem-se alguns preceitos para os quais se chama especial atenção:
 - 4.1 Citações bibliográficas curtas (até 3 linhas) são inseridas no texto, entre aspas. Citações longas (mais de 3 linhas) devem constituir parágrafos independentes, datilografados em espaço 1 (um) e recuados a 4 cm da margem esquerda, sem aspas.
 - 4.2 Todas as citações devem seguir-se do sobrenome do autor e ano da publicação (e número da página, se for o caso), entre parênteses. Ex.: Martins (1994, p. 15).
 - 4.3 As notas de rodapé devem restringir-se a comentários e/ou observações pessoais, destinando-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto, para não interromper a seqüência lógica da leitura. Devem ser colocadas na parte inferior da página e iniciar-se com chamada numérica no texto, sem parágrafo. Devem ser digitadas com caracteres n. 10, com espaço simples entre as linhas.
 - 4.4 As referências bibliográficas devem vir no final do texto, em ordem alfabética a partir do sobrenome do autor, com espaço simples entre as linhas e espaço duplo entre si. Títulos de livros e periódicos devem vir em negrito.
 - 4.5 Os elementos essenciais que compõem as referências bibliográficas estão listados abaixo e deverão ser digitados conforme os exemplos:
 - a) livros: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. **Título**. Edição. Local: Editora, data. páginas.
 - b) capítulos de livros: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. **Título do livro**. Edição. Local de publicação: Editora, data. Número do capítulo: **Título do capítulo**, páginas inicial-final do capítulo.
 - c) artigos de periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. **Título do artigo**. **Título do Periódico**, Local, volume, número, páginas inicial e final do artigo, mês e ano.
 - d) artigos de congresso: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. **Título do artigo**. In: NOME DO CONGRESSO, Número do congresso, ano em que foi realizado, local onde foi realizado. **Título da publicação**. Local de publicação: editora, data. páginas inicial e final do artigo.
 - e) Outros tipos de publicações devem seguir as normas da ABNT NB-66 de 1991.
5. **Scripta** reserva-se o direito de alterar os originais com o fim de condicioná-los a essas e outras normas de seu padrão editorial.
6. Os autores terão direito a três exemplares da **Scripta**.

Outros periódicos da Editora PUC Minas

- ARQUITETURA – CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
- BIOS
Departamento de Ciências Biológicas
- CADERNO DE ESTUDOS JURÍDICOS
Faculdade Mineira de Direito
- CADERNO DE GEOGRAFIA
Departamento de Geografia
- CADERNOS CESPUC DE PESQUISA
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas
- ECONOMIA & GESTÃO
Revista do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
- FRONTEIRA
Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais
- HORIZONTE
Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas
- PSICOLOGIA EM REVISTA
Cadernos do Instituto de Psicologia da PUC Minas
- REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO
Faculdade Mineira de Direito

Projeto gráfico, formatação, editoração eletrônica e fotolito:
Eduardo Magalhães Salles
EMS editoração eletrônica
Telefax: (31) 3468.4079 • e-mail: emsalles@ual.com.br

Impressão e acabamento:
Gráfica e Editora "O Lutador"
Pça. Padre Júlio Maria, I • Planalto
31740-240 – Belo Horizonte • Minas Gerais
Telefax: (31) 3441.3622 • www.olutador.org.br